

Criação da região metropolitana

sofre resistência

O prefeito Vítor Buaiz (PT) ainda não conseguiu todas as assinaturas de prefeitos e vereadores necessárias para enviar à Assembleia Legislativa a representação solicitando um plebiscito para a criação ou não da Região Metropolitana da Grande Vitória. Estão resistindo o prefeito da Serra, Adauto Martineli (PTB), e os vereadores de Viana.

De acordo com Vítor Buaiz, está havendo um "mal entendido" na Serra, em Cariacica e Viana, em consequência da declaração do presidente da Câmara de Cariacica, Édson Nogueira, de que a Prefeitura da capital pretende a criação da região para se livrar das suas dívidas".

Tempo escasso

A lei que permite o plebiscito já foi sancionada pelo governador Max Mauro. Para que ele seja realizado, porém, é preciso o envio de uma representação à Assembleia assinada pelos prefeitos da área — Vitória, Serra, Cariacica, Viana e Vila Velha — ou 0,2% da população de cada município envolvido ou 15% dos vereadores de cada Câmara.

Aprovado pela Assembleia Legislativa — a disposição dos deputados é esta — o plebiscito é preparado pelo Tribunal Regional Eleitoral. O presidente do TRE, desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro, já disse que o tempo é escasso para que seja incluída a consulta plebiscitária na mesma cédula para o segundo turno da eleição para o Governo.

O prefeito Vítor Buaiz considerou melhor coletar a assinatura de prefeitos e vereadores — não haveria tempo para a coleta de assinaturas da população — para agilizar o processo da realização do plebiscito. Em Viana, no entanto, os vereadores resistiram e o presidente do Instituto Jones dos Santos Neves, Robson Luiz Pizziolo, está disposto a explicar o significado da região metropolitana.

A prefeita de Viana, Terezinha Pimental, já assinou o documento. Ontem, no entanto, o prefeito da Serra, Adauto Martineli, foi procurado pelo presidente do Instituto, mas não se convenceu. Robson Pizziolo vai ter um novo encontro com ele e vereadores, hoje. Na Serra, o documento só foi assinado pelas vereadoras Márcia Silva e Brice Bragato.

Segundo o líder do PT na Câmara de Vitória, Robson Neves, a

terceira assinatura seria a do vereador Sérgio Vidigal, do PDT. Vidigal, no entanto, considera que a região metropolitana está surgindo de forma rápida demais, sem que se possa fazer uma campanha de esclarecimento aos cinco municípios. Robson Neves afirma que não, pois "já existe uma campanha de esclarecimento promovida pela Prefeitura de Vitória, Governo do Estado e apoiada pela Rede Gazeta".

Mau entendimento

Na Câmara da Serra, vários vereadores, apesar de afirmarem que são favoráveis à região metropolitana, temem que seu município seja prejudicado e o da capital o único beneficiado. Segundo Vítor está ocorrendo "um mal entendido. Vitória não quer engolir ninguém. É uma capital pequena, fácil de administrar, tem uma receita razoavelmente boa e concentra a maioria da população e da renda".

A região metropolitana, segundo ele, "já deveria estar existindo há 20 anos atrás. Se existisse, não teríamos todos os graves problemas que temos hoje. A região metropolitana visa acabar com esses problemas comuns e impedir que surjam outros no futuro. Não tira a autonomia de lugar nenhum e sim fortalece os municípios".

Com a região metropolitana, seriam viabilizados projetos comuns aos cinco municípios, em condições de carrear recursos, por exemplo, do Banco Mundial. Vítor explica: "Na questão da política habitacional, não tenho interesse em fazer nenhum projeto, porque a capital é pequena para isso. Mas seria interessante recursos com esse objetivo para outros municípios da Grande Vitória".

"É preciso que haja o despojamento de cada prefeito", prosseguiu Vítor, "de entender que, se ele não está precisando de determinados recursos, outros municípios precisam. Se a região metropolitana conseguisse carrear recursos para saneamento, por exemplo, Cariacica, Serra, Vila Velha e Viana seriam mais beneficiados".

E Vítor destaca que a região metropolitana não seria instalada imediatamente. "Teríamos seis meses", assinalou ele, "para a lei complementar e todos participariam da redação. E a região seria administrada por prefeitos, vereadores, associações de moradores e Governo do Estado, através do Instituto Jones dos Santos Neves".